

**CONTRATO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)**

DO
GRUPO DE AÇÃO LOCAL (GAL)

**GAL RURAL – ADRITEM - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DAS TERRAS DE SANTA MARIA**

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, através da mobilização do instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).
- v. Ainda segundo o Acordo de Parceria, o instrumento DLBC pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do

estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

- vi. O instrumento DLBC, nos termos definidos no artigo 66.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, corresponde à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multisectoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um determinado território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Grupos de Ação Local (GAL).
- vii. O processo de lançamento do instrumento DLBC envolveu duas fases, organizadas através de concurso e convite conjuntos das Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento deste instrumento, que integraram a respetiva Comissão de Avaliação: a primeira fase, através de concurso, relativa à pré-qualificação das parcerias e a segunda fase, através de convite, relativa à seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).
- viii. A seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e o reconhecimento do GAL Rural – ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras de Santa Maria foi concluído em 23 de novembro de 2015, por decisão da Comissão de Avaliação constituída para o efeito.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, neste ato representada pelo Presidente da Comissão Diretiva, Emídio Gomes, nos termos previstos no n.º 2 do mapa VI da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de dezembro, publicada no Diário da república, 1.ª Série, n.º 242, de 16 de dezembro de 2014 e no Despacho

n.º 10583/2013, de 14 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

E o,

Grupo de Ação Local Rural – GAL ADRITEM (ADRITEM) neste ato representado pela Associação de Desenvolvimento Rural das Terras de Santa Maria – ADRITEM, que outorga na qualidade de Entidade Gestora, pessoa coletiva nº 508225736, com sede no Largo Justino Portal, Centro Cívico Justino Portal – 1º 3700-616 Cesar Oliveira de Azeméis, neste ato representada por Emídio Sousa, na qualidade de Presidente da Direção e por António Luís da Fonseca e Grifo, na qualidade de Tesoureiro da Direção;

O presente contrato rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª**Objeto**

O contrato para a gestão da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), adiante designado de contrato, é celebrado ao abrigo do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores apoiam a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), nos termos do Anexo 1, acordada com a ADRITEM, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar no território constante do Anexo 2.

Cláusula 2ª**Dotação financeira**

- Para o financiamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores asseguram para o período de vigência dos Programas um apoio global de Fundo que totaliza 4.276.101,94 euros.

2. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 2.311.901,94 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 3.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 assegura um apoio de 736.575,00 euros FEDER e de 1.227.625,00 euros FSE, que totalizam um montante de 1.964.200,00 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas tipologias de ação das prioridades de investimento previstas no Anexo 3.

Cláusula 3^a**Metas, resultados, acompanhamento e avaliação**

1. A ADRITEM compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos Programas financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às medidas e tipologias de operações/prioridades de investimento contratualizadas, previstas no Anexo 3.
2. Nos termos do n.º 9 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o contrato é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas.
3. A ADRITEM, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos Programas financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
4. De forma autónoma à avaliação referida no número 2 da presente cláusula, a ADRITEM compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do contrato, a concluir até ao final do primeiro trimestre de 2019, com referência a 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4^a**Vigência**

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas financiadores e não for denunciado por algum dos subscritores, nos termos acordados na adenda ao contrato ou no protocolo de articulação funcional referidos na cláusula seguinte.

Cláusula 5^a
Elementos integrantes do contrato

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da ADRITEM, serão objeto de adenda ao presente contrato ou de protocolo de articulação funcional, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos Programas financiadores.
2. No caso da delegação de competências enquanto organismo intermédio pela Autoridade de Gestão do Norte 2020, ocorrerá na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.
3. Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes anexos:

Anexo 1: EDL aprovada pela Comissão de Avaliação.

Anexo 2: Território de intervenção.

Anexo 3: Quadro de financiamento por Fundo e Prioridade de Investimento/ Medida e Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

Ponte de Sor, em 27 de janeiro de 2016

Feito em triplicado, o presente Contrato é assinado pelas partes valendo estes exemplares como originais.

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Patrícia Cotrim

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020

Emídio Gomes

O Grupo de Ação Local Rural - GAL ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras
de Santa Maria

Presidente da Direção

Emídio Sousa

Tesoureiro da Direção

António Luís da Fonseca e Grifo

A
S
J

ANEXO 1

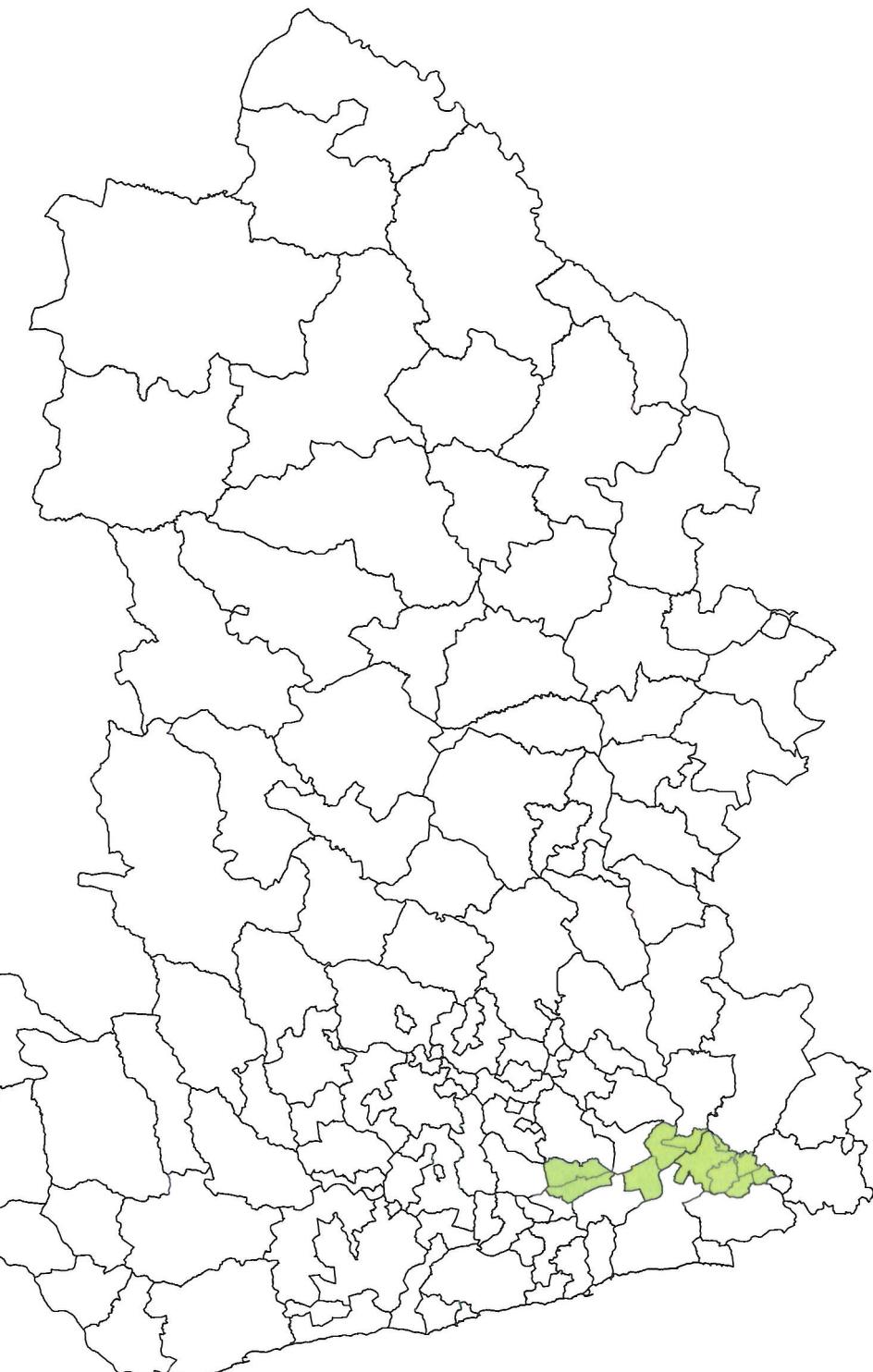
Guillermo

*A
B*

ANEXO 2

DLBC RURAL: GALADRITEM

N 



1:1.150.000

1

Território de Intervenção - ADRITEM

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
SANTA MARIA DA FEIRA	Milheirós de Poiares	3791
	Romariz	3023
	União das freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros	3897
	União das freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior	9455
	União das freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande	9860
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	Carregosa	3419
	Cesar	3166
	Fajões	3087
	Loureiro	3531
	Macieira de Sarnes	1925
	Ossela	2208
	São Martinho da Gândara	1985
	Vila de Cucujães	10705
	União das freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo	5390
	União das freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago da Riba-UI, UI, Macinhata da Seixa e Madail	20760
	União das freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz	7207
GONDOMAR	Lomba	1505
	União das freguesias de Foz do Sousa e Covelo	7701
	União das freguesias de Melres e Medas	5820
VALONGO	Valongo	23925
	União das freguesias de Campo e Sobrado	15924
Total População ADRITEM		148 284

L
S
A

ANEXO 3

PI	Fundo	Eixo/Medida	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
9.6	FSE	8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	33	56	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	40%	50%	1.227.625,00
		8a b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Empresas que beneficiam de apoio	3	17	Postos de trabalho criados	5	23	331.458,75
		8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.	Empresas que beneficiam de apoio	3	17	Postos de trabalho criados	5	23	331.458,75
9.10	FEDER	6c a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	92	368	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	46	184	36.828,75
		6c b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	92	368	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	46	184	36.828,75
		FEDER	Nº Estratégias	1	1	Efeito Multiplicador do Investimento público no investimento Privado	0,8	1,4	
			Total FEDER		736.575,00				
			Total		1.964.200,00				

Handwritten signatures are present above the table, likely indicating approval or review. The signatures are written in blue ink and appear to be from officials involved in the project's implementation.

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

ADRITEM - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS TERRAS DE SANTA MARIA

PO	P/I Medida	Fundo	Tipologia	Indicadores investimento				Indicador de resultado			
				Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	7	37		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	0	
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	1	5		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1	3	
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	1	3		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1	3	
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	1	4		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	2	
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	1	5		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	1	
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	0	2		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	0	
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas					Explorações ou Beneficiários apoiados na restruturação	6	28	
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização					Beneficiários apoiados, na modernização	1	4	
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração					Explorações ou Beneficiários apoiados	0	2	
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais					Beneficiários apoiados	1	3	
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais					Beneficiários apoiados	1	3	
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias					Beneficiários apoiados	0	2	
								Total	2 311 901,94		

A handwritten signature is present above the table, consisting of two parts: a blue 'A' and a black 'J' followed by a blue 'D'.

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-035

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
508225736	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS TERRAS DE
Morada (Sede Social)	SANTA MARIA

CENTRO CÍVICO JUSTINO PORTAL, 1º ANDAR-LARGO JUSTINO PORTAL

Código Postal

3700-616

Localidade

CESAR

NUT III

Área Metropolitana do Porto

NUT II

Norte

Telefone

256878230

E-mail

adritem@adritem.pt

Telefax



256898088

URL

<http://www.adritem.pt/>

Tipologia de Beneficiário

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Teresa Pouzada

Telefone Responsável

256878230

Cargo Responsável

Coordenadora

Telemóvel Responsável

963587997

Serviço/Departamento

Coordenação

Email Responsável

adritem@adritem.pt

Email Alternativo

teresapouzada@adritem.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A ADRITEM, entidade gestora da Parceria GAL ADRITEM Rural, é uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, com 74 associados ativos, quer de natureza pública (27%), Municípios e Juntas de Freguesia, quer de natureza privada (73%), como associações culturais, desportivas e recreativas, IPSS, cooperativas, empresas.

Pese embora a experiência da ADRITEM na implementação de EDL, a metodologia que imprime no território de intervenção, assenta no trabalho em parceria com os representantes mais relevantes dos sectores sócio económicos do Território. Desta forma, reforçando ou acrescentando parceiros, procedeu a uma forte mobilização e envolvimento destas entidades na construção da EDL TSM 2020 e responsabilização na sua implementação e acompanhamento.

Relativamente às 114 entidades que constituem a parceria e que foram apresentadas no campo específico do formulário e evidenciadas através de documento formal que vincula as mesmas ao GAL, mais de 75% são privadas, e cerca de 90% destas representam setores económicos e sociais relevantes para a concretização da EDL.

A ADRITEM embora tenha sido apenas constituída em 2007, apresenta já um CV que evidencia a vasta experiência na implementação de estratégias e projetos de desenvolvimento local. Tendo sido a única nova entidade ao nível nacional acreditada para a gestão da designada "abordagem Leader" inserida no SP3 PRODER 2007-2014, detinha contudo uma equipa com experiência relevante nestes processos, o que ditou o sucesso das muitas candidaturas apresentadas e a captação para o TI de cerca de 12 ME de despesa pública, quer ao nível do PRODER (SP3 e 4), Rede Rural Nacional, ON2, ou QREN em geral.

No âmbito da implementação da ELD – embora os associados que compunham a ADRITEM tenham tido um papel importante na divulgação do programa, foram verdadeiros parceiros ativos e eficazes, os 9 elementos do Órgão de Gestão, composto pelos municípios do Território de Intervenção e outras entidades sectoriais (Turismo, Economia, Agricultura, área Social e Cultural) e que se mantém quase na totalidade para este período.

No âmbito do SP 3 PRODER, a ADRITEM contratualizou cerca de 9 ME de despesa pública de apoio ao investimento promovido por agricultores, empreendedores e microempresas, autarquias e entidades privadas sem fins lucrativos, quer culturais quer de âmbito social. Estes apoios conduziram à criação de quase 100 postos de trabalho diretos, tendo tido ainda grande impacto na renovação de património tradicional, material e imaterial, requalificação de serviços sociais e revitalização do turismo e da cultura neste território.

Com o objetivo de reforçar as dinâmicas económicas, ambientais e sociais no TI, a ADRITEM foi ainda responsável pela implementação, em parceria com outros GAL Nacionais e Internacionais, de 6 Projetos de Cooperação e 3 ao nível da rede rural nacional.

Na implementação da ELD TSM 2007-2014 apresentou ainda parcerias com entidades formadoras, com particular destaque para a INDICE, COMPETIR, CESAE, AGROGESTÃO, NUMEROSCÓPIO e IEFP, para a promoção e/ou desenvolvimento de ações de qualificação em áreas como Agricultura, jardinagem, Artesanato e Produtos Locais.

Tendo como parceiro a CAP, a ADRITEM promoveu a realização de 2 projetos de Formação – Ação, no âmbito do POPH, para 14 empresas agrícolas. No âmbito do SI Qualificação foi responsável pelo Projeto ENERmin de promoção da eficiência energética, para 16 empresas do TI.

Por último refere-se a sua responsabilidade na Gestão Nacional da Bolsa de Terras, com um papel de grande relevo no estímulo à colocação de terrenos das autarquias nesta bolsa e no desenho de projetos sociais que possam impulsionar o registo dos terrenos abandonados no TI.

Para além dos projetos referidos, a ADRITEM promoveu em parceria com os municípios e outros parceiros sectoriais (Associações empresariais, cooperativas agrícolas, associação de artesãos, entre outros, grandes ações de âmbito concelhio e que constituíram alavancas no desenvolvimento e dinâmicas das áreas em questão e respetivos públicos-alvo: Social (Mosaico Social-STMFeira, Azemeis Social-Oaz); Empresarial (Ciclo de Conferências de Apoio ao Empresário OAz, Feira da PME's em OAz, EXPOVAL em Valongo); Ambiental (Valorização do património natural e paisagístico em Gondomar) e de Produtos Locais (Feira de Artesanato em OAz, Festival do Pão -Alberg.Velha,.)

Por último refere-se que na sua grande maioria os parceiros que compõem o GAL ADRITEM Rural 2020, nomeadamente os municípios, algumas juntas de freguesia, as entidades consultoras, entidades do 3º sector, mas principalmente as entidades formadoras e as universidades, têm grande experiência não só na elaboração de candidaturas, mas também à implementação de projetos nas diversas áreas do desenvolvimento local. Contudo no âmbito das suas funções a ADRITEM pretende durante o próximo período de programação promover ações de qualificação que reforcem as competências dos parceiros nestas áreas.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
508225736	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS TERRAS DE SANTA MARIA	16/10/2007	16/10/2007	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
503733458	Associação de Antigos Alunos da Universidade de Aveiro 4iS - Plataforma para a Inovação Social	05/07/1990	30/10/1996	94995	Natureza Jurídica Privada
505254085	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMEIS	13/07/2001	13/07/2001	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
510958419	ALP - Associação Literal Propósito	01/04/2014	28/04/2014	94995	Natureza Jurídica Privada
501651888	AMTSM - Associação de Municípios das Terras de Santa Maria	12/09/1985	26/04/1991	84123	Natureza Jurídica Privada
500032335	ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA (AIP-CCI)	28/01/1837	01/01/1900	94110	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
508637503	CASA DOS CHOUPOS - COOPERATIVA MULTISECTORIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL	23/09/2008	01/06/2009	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501711554	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ARTESANATO (CEARTE)	25/07/1986	01/08/1987	85591	Associações Públicas
900220538	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE CORTIÇA	14/01/1985	14/01/1985	85591	Entidade equiparada a pessoa coletiva
502866896	EAPN - REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA/PORTUGAL, ASSOCIAÇÃO	17/12/1991	17/12/1991	94995	ONG - Organização Não Governamental
503910589	Educação do Futuro, Informática, Lda.	06/12/1996	01/02/1997	85591	Natureza Jurídica Privada

503221783	Federação das Coletividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira	13/06/1993	13/02/1993	94991	Natureza Jurídica Privada
502424451	FEDESPAB - Fundação e Ensino e Desenvolvimento de Paços de Brandão	13/06/1989	13/06/1989	85420	Natureza Jurídica Pública
509707742	Formtivity - Consulting Unipessoal, Lda.	05/04/2011	08/04/2011	69200	Natureza Jurídica Privada
502556773	FUNDAÇÃO TERRAS DE SANTA MARIA DA FEIRA	29/01/1990	29/01/1990	85420	Fundações Privadas
505904012	GESTÃO DE TOPO - ECONOMIA E GESTÃO LDA	12/04/2002	12/04/2002	70220	Sociedades Comerciais
502216336	INDICE ICT & MANAGEMENT LDA	03/04/1989	19/04/1989	82990	Sociedades Comerciais
505305500	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	07/12/2000	01/01/2001	84300	Institutos Públicos
510938329	NAU14 - Business Agency, Lda.	14/01/2014	15/01/2014	70220	Natureza Jurídica Privada
506071979	REGIBIO - FORMAÇÃO E CONSULTADORIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA	20/06/2002	20/06/2002	85591	Sociedades Comerciais
501914374	Rotary Club da Feira	18/09/1987	01/06/2001	94995	Natureza Jurídica Privada
501692363	SADMILÉNIO - Consultoria em Recursos Humanos e Formação Profissional, Lda.	11/03/1986	15/06/1986	85591	Natureza Jurídica Privada
513140824	TURNAROUND SOCIAL, Consultoria e Formação no 3.º Sector, Lda.	25/08/2014	01/09/2014	70220	Natureza Jurídica Privada
501082522	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	15/07/1971	01/06/1987	85420	Fundações Privadas
503271527	VOUGAGESTE, CONSULTORES, LIMITADA	26/05/1994	26/05/1994	70220	Sociedades Comerciais
503757659	ZONA VERDE - CONSULTORIA E ESTUDOS AVANÇADOS, LDA	21/10/1996	04/11/1996	70220	Sociedades Comerciais
509761593	Aromaselvagem Unipessoal, Lda.	22/02/2011	22/02/2011	1252	Natureza Jurídica Privada
501885897	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO PORTO	17/09/1985	17/09/1985	94110	Organização Profissional
510087540	Associação "Tradições de São Luís"	28/11/2011	28/11/2011	94991	Natureza Jurídica Privada

505188619	Associação das Coletividades do Concelho de Valongo	20/02/2001	20/02/2001	94995	Natureza Jurídica Privada
501874372	Associação de Cultura e Recreio da Banda Marcial do Vale	23/06/1980	23/06/1980	94991	Natureza Jurídica Privada
504214632	Associação de Solidariedade Social de Travanca	27/05/1998	27/05/1998	88910	Natureza Jurídica Privada
501789367	Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Palmaz	28/02/1978	28/02/1978	93192	Natureza Jurídica Privada
508979285	Associação do Parque Temático Molinológico	23/06/2009	11/06/2013	94995	Natureza Jurídica Privada
510094589	Associação Figueiredo de Rey	18/02/2012	18/02/2012	94991	Natureza Jurídica Privada
501348344	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões	13/07/1982	25/08/1982	84250	Natureza Jurídica Privada
513033874	Associação Juventude Inquieta	12/10/2006	12/10/2006	94991	Natureza Jurídica Privada
503307408	ASSOCIAÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PADRE OSÓRIO	19/10/1993	19/10/1993	85100	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
510073530	Associação Reino da Folia	04/04/2012	01/06/2012	94993	Natureza Jurídica Privada
504395319	ATA - ASSOCIAÇÃO DO TURISMO DE ALDEIA	27/05/1999	27/05/1999	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501444971	Banda de Música de Carregosa	04/02/1889	04/02/1889	90010	Natureza Jurídica Privada
501095357	Banda de Música de Santiago de Riba-Ul	01/05/2002	01/05/2002	90010	Natureza Jurídica Privada
500859809	Banda Musical de S. Martinho	04/01/1929	04/01/1929	90010	Natureza Jurídica Privada
502087331	Banda Musical de São Martinho de Fajões	10/03/1953	10/03/1953	90010	Natureza Jurídica Privada

510566758	BioGândara, Sociedade Agrícola Unipessoal, Lda.	06/02/2013	06/02/2013	1252	Natureza Jurídica Privada
510705898	Careplants, Lda.	25/05/2013	26/05/2013	46220	Natureza Jurídica Privada
500892725	Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho	16/09/1856	16/09/1856	87901	Natureza Jurídica Privada
505820234	Centro de Cultura e Desporto Pigeirense	18/01/2000	01/04/2002	93192	Natureza Jurídica Privada
501607919	Centro Social Cultural e Recreativo de Carregosa	12/10/1981	03/11/1986	88990	Natureza Jurídica Privada
502543213	Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo	21/05/1990	21/05/1990	88990	Natureza Jurídica Privada
503315176	CENTRO SOCIAL DE GIÃO	01/03/1993	01/03/1994	88910	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
505058324	Centro Social de S. Mamede de Guisande	27/07/2010	27/07/2010	88990	Natureza Jurídica Privada
501236937	Centro Social Dr. Crispim Teixeira Borges de Castro	30/01/1981	30/01/1981	88910	Natureza Jurídica Privada
505763508	Centro Social Paroquial de S. João da Foz do Sousa	11/04/2001	01/07/2002	88990	Natureza Jurídica Privada
503329444	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO VALE	29/09/1993	01/04/1997	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501965750	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDUSTRIA DE OURIVESARIA E RELOJOARIA (CINDOR)	30/06/1987	01/04/1990	85591	Associações Públicas
501739467	Clube de Caçadores e Pescadores de Milheirós de Poiares		01/02/1981	93192	Natureza Jurídica Privada



[Handwritten signature]

507833090	Confraria das Papas de S. Miguel	29/09/2006	26/01/2007	94991	Natureza Jurídica Privada
500968187	Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Valongo, CRL	12/01/1977	18/02/1977	46211	Natureza Jurídica Privada
510108784	ENESS Basquetebol Clube	10/09/2010	10/09/2010	93120	Natureza Jurídica Privada
502957786	ESPAÇO VISUAL - CONSULTORES DE ENGENHARIA AGRONÓMICA LDA	25/03/1993	25/03/1993	70220	Sociedades Comerciais
505361981	FAMOA - Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis	10/04/2001	10/04/2001	94110	Natureza Jurídica Privada
510397115	Génios Abstratos, Lda.	10/01/2013	14/01/2013	31091	Natureza Jurídica Privada
502952717	Grupo Dramático e Recreativo de Retorta	02/06/1978	26/12/2008	94991	Natureza Jurídica Privada
513292390	H2FRUTA, Lda.	05/11/2014	05/11/2014	1252	Natureza Jurídica Privada
508880343	José P. Melo Unipessoal, Lda.	12/02/2009	12/02/2009	25290	Natureza Jurídica Privada
510972543	José Pinho & Silva, Lda.	24/01/2014	24/01/2014	32996	Natureza Jurídica Privada
509860397	NATURALFA - Controlo e Certificação, Lda.	28/04/2011	01/05/2011	82990	Natureza Jurídica Privada
510468594	NUMEROSCÓPIO UNIPESSOAL LDA	08/01/2013	15/01/2013	69200	Sociedades Comerciais
510967930	Optimize Dream, Lda.	28/01/2014	29/01/2014	79120	Natureza Jurídica Privada
513295291	Ousadia Notável, Lda.	26/11/2014	26/11/2014	85591	Natureza Jurídica Privada
510088503	PIRÂMIDE DE IDEIAS IMOBILIÁRIA LDA	23/12/2011	26/12/2011	68100	Sociedades Comerciais
500075387	PROLEITE - Cooperativa Agrícola de Produtores de Leite, CRL	16/08/1944	16/08/1964	46331	Natureza Jurídica Privada
510798462	Pura Inspiração, Lda.	05/09/2013	05/09/2013	11050	Natureza Jurídica Privada

502766379	Rancho Folclórico "Cravos e Rosas"	20/03/1989	05/10/1988	94991	Natureza Jurídica Privada
501523294	Rancho Folclórico de S. Tiago de Lobão	06/01/1960	06/01/1960	90010	Natureza Jurídica Privada
504958666	RITUS - Associação Recreativa e Cultural	11/07/2000	11/07/2000	94991	Natureza Jurídica Privada
513301569	Vertente dos Sabores, Lda.	11/11/2014	11/11/2014	1500	Natureza Jurídica Privada
513173790	TMCS - TRAINING, MANAGEMENT, CONSULTING, SERVICES, LDA	07/07/2014	07/07/2014	85591	Sociedades Comerciais
202389464	Beesweet	01/08/2014	01/08/2014	46382	Natureza Jurídica Privada
508588162	Melhor Hora - Drogaria, Lda.	12/05/2008	12/05/2008	47523	Natureza Jurídica Privada
506508684	Associação Cultural e Recreativa de Pé de Moura	12/03/1958	12/03/1958	94991	Natureza Jurídica Privada
509167632	FUNÇÃO EXEMPLAR - CONSULTORIA E GESTÃO UNIPESSOAL LDA	29/04/2010	01/05/2010	70220	Sociedades Comerciais
501426884	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA VERA CRUZ	01/02/1973	01/02/1973	88910	Fundações Privadas
501151672	Cooperativa Agrícola da Feira, S. João da Madeira, Gaia e Espinho, CRL	01/07/1948	01/07/1948	46211	Natureza Jurídica Privada
502946679	COMPETIR-FORMAÇÃO E SERVIÇOS S.A.	03/03/1993	03/03/1993	85591	Sociedades Comerciais
503270210	AEFeira - Associação Empresarial de Santa Maria da Feira	06/07/1994	06/07/1994	94110	Natureza Jurídica Privada
501542264	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo António da Lomba	28/09/1970	28/09/1970	94910	Natureza Jurídica Privada
510835473	Freguesia de Campo e Sobrado	01/01/1916	01/01/1916	84113	Natureza Jurídica Pública
507847539	Freguesia de Alfena	01/01/1916	01/01/1916	84113	Natureza Jurídica Pública
510835333	Freguesia de Caldas de S. Jorge e Pigeiros	01/01/1916	01/01/1916	84113	Natureza Jurídica Pública



[Handwritten signature]

507314492	Freguesia da Lomba	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
510835554	Freguesia de Canedo, Vale e Vila Maior	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
507047745	Freguesia de Carregosa	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
507015550	Freguesia de Cesar	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
507120779	Freguesia de Fajões	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
510836917	Freguesia de Foz do Sousa e Covelo	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
510837549	Freguesia de Lobão, Gião, Louredo e Guisande	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
507075994	Freguesia de Loureiro	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
506896536	Freguesia de Macieira de Sarnes	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
510837891	Freguesia de Melres e Medas	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
507044290	Freguesia de Milheirós de Poiares	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
510838243	Freguesia de Nogueira do Cravo e Pindelo	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
510838359	Freguesia de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, U, Macinhata da Seixa e Madail	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
506711900	Freguesia de Ossela	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
510838782	Freguesia de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
507120809	Freguesia de Romariz	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública
506890341	Freguesia de São Martinho da Gândara	01/01/1916	01/01/1916 84113	Natureza Jurídica Pública

506954960	Freguesia de São Roque	01/01/1916	01/01/1916	84113	Natureza Jurídica Pública
506848957	MUNICÍPIO DE GONDOMAR	01/01/1913	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
501157280	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	01/01/1913	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506302970	Municipio de Oliveira de Azeméis	01/01/1913	01/01/1986	84113	Natureza Jurídica Pública
501138960	Municipio de Valongo	01/01/1913	01/01/1986	84113	Natureza Jurídica Pública
506884066	Freguesia da Vila de Cucujães	01/01/1916	01/01/1916	84113	Natureza Jurídica Pública

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Área Metropolitana do Porto

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Norte	Área Metropolitana do Porto	Valongo	Valongo	6,36%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Valongo	União das freguesias de Campo e Sobrado	8,51%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Gondomar	União das freguesias de Foz do Sousa e Covelo	7,98%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Gondomar	União das freguesias de Melres e Medas	7,34%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Gondomar	Lomba	3,61%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Santa Maria da Feira	União das freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior	11,53%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Santa Maria da Feira	União das freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande	6,22%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Santa Maria da Feira	União das freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros	2,81%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Santa Maria da Feira	Romariz	2,92%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Santa Maria da Feira	Milheirós de Poiares	2,08%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Oliveira de Azeméis	Cesar	1,43%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Oliveira de Azeméis	Fajões	2,14%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Oliveira de Azeméis	Macieira de Sarnes	1,02%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Oliveira de Azeméis	Carregosa	3,12%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Oliveira de Azeméis	União das freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo	3,31%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Oliveira de Azeméis	Ossela	4,72%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Oliveira de Azeméis	Vila de Cucujães	2,75%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Oliveira de Azeméis	São Martinho da Gândara	2,14%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Oliveira de Azeméis	União das freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail	6,85%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Oliveira de Azeméis	Loureiro	4,52%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Oliveira de Azeméis	União das freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz	8,64%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

Foram definidas áreas distintas para atuar: Dinâmica Demográfica e Territorial (área transversal), Emprego e Inclusão Social, Economia e Competitividade, Agricultura e Floresta, Recursos Naturais e Culturais (áreas

temáticas). Conclusões retiradas:

A. Dinâmica Demográfica e Territorial

Forças

- Localização geográfica privilegiada
- Proximidade relativa do território aos centros urbanos do Porto e Aveiro (Porto de Leixões e Aeroporto Francisco Sá Caneiro)
- Presença de economias de aglomeração industrial e polos de ensino - deslocações médias de baixa duração

Fraquezas

- Concentração de serviços territoriais de proximidade nas sedes dos concelhos
- Mobilidade de pessoas, maioritariamente assente no transporte rodoviário privado
- Sistema ferroviário com desempenho inadequado (caso da Linha Vale do Vouga)
- Sistema de transporte público débil e ineficaz
- Aumento do tráfego automóvel, existência de congestionamentos e várias vias rodoviárias não preparadas para circulação de peões ou veículos sem motor
- Degradação das acessibilidades secundárias (estradas nacionais e municipais)

Oportunidades

- Reforço da sustentabilidade energética e ambiental dos sistemas de mobilidade e transportes
- Oportunidade de negócio para empresas de transporte de passageiros para mais destinos (inter freguesias)

Ameaças

- Redução do investimento público no domínio da mobilidade
- Saída definitiva da população das zonas rurais para zonas urbanas
- Aumento do custo dos combustíveis e das portagens
- Falta de investimento na manutenção e remodelação da linha Vale do Vouga
- Inexistência de uma política de promoção à mobilidade sustentável

B. Emprego e Inclusão Social

Forças

- Solidez do Programa Rede Social no território (CLAS)
- Aumento de projetos apelando à responsabilidade social e civil
- Iniciativas de cariz social para divulgar serviços e projetos sociais, potenciando o trabalho em rede

Fraquezas

- Elevado nível de desemprego de longa duração e precariedade laboral
- Disparidades salariais entre sexos
- Aumento de nº famílias monoparentais
- Dificuldades financeiras das organizações do 3º Setor
- Défice de articulação entre as entidades da economia social
- Fraca capacidade de canalização de profissionais e técnicos qualificados para o 3º Sector
- Necessidade de reconversão e readaptação de equipamentos e respostas sociais às necessidades atuais
- Lacunas na formação dos RH das instituições da economia social
- Baixo investimento na área da saúde mental, demências e apoio à formação dos cuidadores familiares

Oportunidades

- Crescente aposta do 3º Setor no combate à pobreza e à exclusão social
- Valorização da necessidade de renovação demográfica
- Preocupação e sensibilização para o envelhecimento ativo
- Mudança do perfil da população sénior e valorização dos serviços de proximidade
- Mobilização da sociedade para a cidadania ativa e combate à exclusão e probreza

Ameaças

- Dificuldade de fixação de RH qualificados jovens, aumento da pobreza e da exclusão social
- Instabilidade socioeconómica na Europa
- Mercado de trabalho reduzido e saturado
- Menor disponibilidade financeira das famílias, das empresas e das instituições públicas para investirem na educação/formação



C. Economia e Competitividade

Pontos Fortes

- Proximidade com eixos rodoviários da AMP e centros urbanos do Porto e Aveiro (Porto de Leixões e Aeroporto Francisco Sá Caneiro)
- Perfil de especialização da base económica do EDV – indústria da cortiça, indústria do calçado e metalomecânica
- Elevada capacidade de criar riqueza no sector económico das indústrias transformadoras
- Aumento das exportações em 2013
- Emprego industrial
- Instalação de incubadoras de empresas no território
- Existência de centros de formação setoriais

Fraquezas

- Redução do número de empresas em 2012
- Maioritariamente microempresas
- Coexistência de unidades fabris tradicionais com baixos níveis de produtividade
- Trabalho mal remunerado

Oportunidades

- Contexto empresarial favorável à fixação de empresas e aumento das atividades em conhecimento e criação de valor baseado na inovação
- Integração de redes para reforço da internacionalização de empresas e cadeias de valor
- Melhoria das competências em I&D&I
- Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e promoção de centros de competência
- Valorização económica de recursos endógenos
- Especialização inteligente regional e melhoria da competitividade económica regional

Ameaças

- Estagnação de projetos de investimento
- Preparação dos empresários para a reorganização e melhoria da gestão em temáticas associadas à I&D e à mudança
- Morosidade na reestruturação do tecido empresarial
- (E)Migração de RH altamente qualificados
- Privação de financiamento
- Baixo consumo interno
- Desadequação da formação profissional versus mercado de trabalho

D. Agricultura e Floresta

Forças

- Aumento de empresas com atividade económica associada à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
- Aumento das exportações de pequenos frutos (novos mercados)
- Disponibilização de terrenos pelos Municípios para a produção agrícola especializada – kiwi
- Produtos do território “Terras de Santa Maria” de qualidade reconhecida
- Implementação da Bolsa de Terras - ADRITEM (entidade GEOP) em articulação com os municípios e juntas de freguesia
- Implantação das organizações agrícolas (cooperativas e associações)
- Existência de iniciativa privada no negócio da produção de energia da biomassa vegetal

Pontos Fracos

- Explorações agrícolas de reduzida dimensão física e económica
- Estrutura minifundiária e pouco profissionalizada
- Poucas indústrias agroalimentares
- Muitos produtores singulares e tecido empresarial agrícola envelhecido
- Baixa representatividade do volume de negócios agrícola e VAB
- Volatilidade dos preços agrícolas
- Dificuldades de acesso aos mercados agrícolas e às silvo-indústrias
- Reduzida concentração da oferta da matéria-prima florestal e falta de estruturas de acreditação de oferta e

apoio à comercialização de produtos florestais

Oportunidades

- Incentivos e apoio local aos jovens agricultores, à produção agrícola, transformação agroalimentar e comercialização
- Novo regime de estruturação fundiária e legislação da Bolsa de Terras
- Atividades com potencial ambiental e económico - produção de plantas aromáticas e medicinais e apicultura
- Circuitos de comercialização de proximidade de forma a maximizar rentabilidade e competitividade
- Valorização pelo mercado dos recursos e produtos endógenos
- Implementação de políticas de desenvolvimento rural
- Novos mercados e certificação de produtos do território “Terras de Santa Maria”

Fraquezas

- Volatilidade dos preços das matérias-primas agrícolas
- Possível abandono da atividade agrícola causando perda do potencial endógeno de desenvolvimento
- Diminuição do empreendedorismo
- Insuficiente apoio à internacionalização do complexo agroalimentar e florestal
- Saturação de mercados emergentes (frutos vermelhos)
- Florestação com espécies de crescimento rápido
- Dificuldade de autofinanciamento, de acesso ao crédito e a sistema de seguros

E. Recursos Naturais e Culturais

Forças

- Proximidade de centros urbanos do Porto (Aeroporto Francisco Sá Caneiro) e Aveiro
- Presença do Rio Douro - água navegável
- Áreas de paisagem protegida (PTCON0024)
- Locais de interesse - património geológico e arqueológico
- Termas de S. Jorge
- Existência de elementos artesanais e gastronómicos - valorização do produto turístico
- Existência de património imaterial e eventos culturais de relevância
- Capacidade de produção energética de fontes renováveis (biomassa, hídrica)

Fraquezas

- Paisagens descaracterizadas e baixo índice de qualidade ambiental
- Elevado número de espécies e habitats naturais em estado de conservação desfavorável
- Perda da qualidade ecológica e de eutrofização em diversas massas de água
- Uso pouco eficiente da água na agricultura

Oportunidades

- Aumento do fluxo de pessoas ao meio rural
- Integração da Rede Aldeias de Portugal, Douro
- Criação da marca “Terras de Santa Maria”
- Promoção de atividades turísticas e desenvolvimento de produtos integrados nos meios rurais
- Apostar em nichos do turismo de bem-estar - Termalismo
- Consolidação de rotas turísticas centradas em recursos do território
- Articulação com iniciativas de turismo em espaço rural, ecoturismo ou turismo cultural e ações TPNP
- Promoção de novos ciclos de consumo, rendimento, poupança e investimento no meio rural
- Tecido empresarial sensibilizado e informado sobre as questões energéticas (Projeto Eficiência Energética implementado nas empresas pela ADRITEM)

Ameaças

- Concorrência dos centros urbanos
- Baixo nível de participação da população em soluções mais inovadoras de intervenção social e cultural
- Classificação das zonas rurais (GPP) que exclui aldeias classificadas do acesso à tipologia de investimento
- Renovação de Aldeias
 - Concentração da oferta turística na faixa litoral
 - Pressão urbanística e humana
 - Sobre-exploração dos recursos naturais

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- maior atracitividade do sector agrícola em toda a cadeia de valor, nomeadamente por jovens qualificados;
- reformulação das políticas municipais, nomeadamente ao nível do PDM, para reconversão do investimento em áreas agrícolas e florestais;
- Políticas de qualificação empresarial e incentivos à base económica, emprego e inovação e coesão social;
- Políticas de Valorização de Recursos Endógenos e de competências específicas das regiões;
- maior interesse internacional pelo património paisagístico, natural e cultural, as indústrias culturais e criativas e o Turismo Industrial;

Principais Pontos Fortes

- Acessibilidades e proximidade aos grandes centros urbanos;
- Nº elevado novas explorações agrícolas maioritariamente de jovens
- Sede das Ass. Nacional de Prod. Kiwi e Prod. Cogumelos
- Forte expressão prod. leite, queijo, mel, Frutos vermelhos, kiwi, cogumelos e hortícolas;
- Produtos Locais reconhecidos: Lampreia, Sável, Papas de S. Miguel,.. e Produtos à base de farinha (biscoitos e regueifa de Valongo, Bolo Branco de Gondomar, Fogaça e Regueifa azeda de SM Feira e Pão de UI, regueifa e canoco de Oaz)
- Recursos Endógenos: Lousa, ouro, cortiça, vidro;
- Patr. ambiental: rio Douro, afluentes e áreas florestais
- Patri. Cultural: Bugiada, Mercado à Moda Antiga; HaFestaAlde; Moinhos;
- Patr. arqueológico (minas e castros)
- Sítios de Interesse Municipal e Rede Natura;
- Forte associativismo e capacidade empreendedora da população rural;

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Principais Ameaças

- falta de competências na área agrícola dos novos Jovens agricultores e outros intervenientes no sector;
- instabilidade económica e financeira quer nacional quer internacional;
- retracção do investimento privado
- dificuldade ou falta de acesso a financiamento em especial por desempregados e inactivos;
- predominância do assistencialismo na integração social
- a diminuição generalizada das prestações sociais, do seu montante e da sua abrangência;
- articulação ineficiente entre os diferentes actores responsáveis por políticas semelhantes e/ou complementares de intervenção territorial/regional
- centralização da administração pública, nacional e regional, reduzindo a capacidade da intervenção eficiente ao nível territorial;

Principais Pontos Fracos

- Sistema de transporte público débil;
- Níveis de desemprego de longa duração elevados e precariedade laboral
- Número elevado de beneficiários de RSI face à Região (excp.Oaz)
- Maioria microempresas e trabalho mal remunerado
- Explorações agrícolas pequenas e pouco rentáveis
- falta de organização do sector agrícola e da cadeia de valor
- dificuldade do acesso à terra, mesmo a terrenos "abandonados":
- Volatilidade dos preços de matérias-primas agrícolas face ao resto da cadeia de abastecimento
- Dificuldade de autofinanciamento
- Paisagens descaracterizadas pela incidência de forte tecido industrial em meio rural;
- equipamentos públicos colectivos não rentabilizados
- Sub aproveitamento das zonas rurais relativamente ao património imaterial dos concelhos (ex. Viagem Medieval, Imaginarius; Festival de Teatro)

O TI Rural “TSM 2020” tem um grande potencial de desenvolvimento, principalmente devido à sua localização marginal aos centros urbanos e pelo grande conjunto de recursos que apresenta ao nível do tecido empresarial/industrial/ e agro-florestal, equipamentos colectivos, património, paisagem, recursos humanos e institucionais, que rentabilizados, articulados e com agregação de valor, ditarão o sucesso do desenvolvimento do Território de Intervenção.

É esse o maior desafio a que se propõe a ADRITEM neste período de programação, liderando para esse efeito uma parceria com 114 entidades, dos diversos sectores sócio-económicos do Território de Intervenção..

Da análise SWOT anterior resulta a identificação dos seguintes desafios prioritários:

Desafio 1: Promover e qualificar as ofertas únicas do território (aldeias tradicionais e animação cultural, “Pulmão Verde” da AMP, parque de moinhos, artes e ofícios e recursos endógenos em geral).

Fatores críticos:

- capacidade de diferenciar as ofertas, através da inovação de produto, da qualificação, comunicação e marketing, nomeadamente com a criação e reforço de marcas;
- capacidade de incutir e valorizar a identidade do território nas ofertas

D2: Qualificar e reforçar o ecossistema empreendedor do território

Fatores críticos:

- incentivar o empreendedorismo como caminho para a empregabilidade e a valorização profissional
- capacidade de garantir suporte adequado aos empreendedores (informação, capacitação, incubação, etc);
- aproveitar a dinâmica empresarial pré-existente para facilitar os processos de empreendedorismo e autoemprego

D3: Inovar (nos produtos/serviços, no marketing, na organização e nos processos, em todos os contextos – económico, social, cultural)

Fatores críticos:

- desmistificar e democratizar o acesso e utilização de processos de inovação e aplicação de I&D
- ligar os centros de conhecimento aos agentes económicos, culturais e sociais do território
- garantir a capacitação dos agentes para processos de inovação
- ativar processos de inovação aberta
- orientar os processos de inovação para os recursos endógenos diferenciadores do território

D4: Ativar cooperação no sentido da melhoria das ofertas e melhor gestão de recursos

Fatores críticos de sucesso:

- “alteração de mentalidades”, demonstrando os benefícios da cooperação.
- capacidade de ativar e gerir redes e processos de cooperação.

D5: Mercados – ativar e reforçar mecanismos de escoamento de produtos e serviços, para dentro e fora do território e promover a contribuição para a soberania alimentar do território

Fatores críticos de sucesso:

- capacidade de organizar a produção e os produtores em “associação”;
- capacidade de organizar e ativar mercados locais e cadeias curtas de comercialização;
- capacidade de ativar outros canais de distribuição (para o mercado nacional e para mercados externos);

D 6: Promover a sustentabilidade do território, dos seus agentes e das suas ofertas

Fatores críticos de sucesso:

- Favorecer as prioridades no domínio das alterações climáticas, energias renováveis, gestão da água, biodiversidade e medidas de acompanhamento à reestruturação do sector leiteiro;
- Garantir informação e capacitação para a implementação de soluções sustentáveis
- Fomentar o resgate de valores socioculturais que dão identidade à comunidade, quer em termos de atividades, feiras ou produtos.
- Garantir a preservação e não desvirtuação do património cultural e natural.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A Estratégia de Desenvolvimento Local tem como objetivo orientador o desenvolvimento do território Terras de Santa Maria pela promoção conjunta e sinérgica das várias forças e agentes do território numa lógica de atuação bottom-up. No que respeita à atuação da ADRITEM na vertente de DLBC Rural, com um território de incidência já delineado, em resultado do diagnóstico da situação do território, foram identificados as principais áreas temáticas vocacionais para a Estratégia de Desenvolvimento Local:

A. Criação de emprego e melhoria das condições de vida da população do território, em particular dos grupos mais frágeis e vulneráveis, contribuindo para a inclusão, através do Envolvimento e capacitação dos agentes relevantes, no sector da economia social e empresas, mobilização e capacitação de agentes, parcerias e plataformas de ação;

B. Desenvolvimento de novos produtos, incentivando a geração de valor por parte dos agentes económicos do território, nomeadamente da fileira agroalimentar. Promovendo nomeadamente a inovação, incorporação tecnológica, I&D e a qualificação de ativos e empresários para a gestão, conhecimento, incorporação de práticas inovadoras e facilitação/aproximação dos empresários às incubadoras às universidades;

C. Valorização do património natural e cultural do território alvo, através da Valorização dos recursos e ofertas únicas e diferenciadoras - Promoção de atividades turísticas e desenvolvimento de produtos integrados nos meios rurais, como o turismo de bem-estar, religioso, de natureza, de ambiente, gastronómico, cinegético, desportivo, científico, turismo de aldeia e turismo industrial. Aposte em nichos específicos do turismo de bem-estar, tirando partido do Termalismo e da consolidação de rotas turísticas centradas em recursos do território – pão, regueifa, biscoitos, fogaça, laticínios, cortiça, vidro, lousa e culturais – caminhos de santiago e caminhos de Fátima. Aposte em articulação com as estratégias integrada de desenvolvimento territorial AMP 2020 e EDV 2020 - o que contribuirá para a crescente afirmação do território Terras de Santa Maria.

A vocação primordial do DLBC Rural consiste na atuação de promoção, valorização e capacitação/qualificação dos produtos, áreas, serviços e recursos da região de intervenção. Considerando a experiência anterior e a inspiração modelo de governação e de atuação da ADRITEM, o DLBC Rural atuará nos sectores da cortiça (Santa Maria da Feira), vidro (Oliveira de Azeméis), ouro (Gondomar), xisto/lousa (Valongo) e da panificação (Terras de Santa Maria) como áreas endógenas e de elevado potencial para criação de riqueza e valor da região. A principal aposta acontece no sector primário, tanto ao nível dos produtos como do turismo (de paisagem com destaque para os fojos e potencial rural do território), e da cultura (rota dos moinhos), sendo que uma estratégia alargada e concertada nestes sectores permite a criação e aproveitamento de sinergias que potenciam o sucesso da execução da EDL.

Tendo em conta a vocação específica do DLBC, o diagnóstico e os desafios apresentados, foram estruturados os objetivos a dois níveis para a EDL rural: Objetivos Estratégicos (OE), primordiais e estruturantes para a EDL e Objetivos Específicos, de carácter mais operacional e de suporte aos objetivos estratégicos e para os quais concorrem as tipologias de intervenção previstas no DLBC Rural.

Objectivos Estratégicos:

1. Criar Emprego e Reforçar a competitividade da economia local

Indicadores/ Metas para 2023

R961-Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio – 50%

Postos de Trabalho Criados (Form) -90: 56 (FSE) + 34 (FEDER)

Empresas que beneficiam de apoio – 34 (FEDER)

Dotação Financeira:

FSE: 1.227.625 M€

FEDER: 736.575 M€

2. Reforçar a Competitividade da Fileira Agroalimentar, agrícola e Florestal:

Indicadores/ Metas para 2023

População Coberta pela EDL -30%

P6B-Empregos criados através de projetos LEADER apoiados -9-

P2A-Explorações ou Beneficiários apoiados, na restruturação ou modernização=Nº Beneficiários P. Inv nas explorações/Nº Total de PA-66%

P2A-Explorações ou Beneficiários apoiados, na restruturação ou modernização=Nº Beneficiários P. Inv transf. E comerc. nas explorações/Nº Total de PA- 9%

Peso da Despesa Pública para apoio a Pequenos Investimentos na exploração agrícola, na transformação e na comercialização – 40% -

Peso da Despesa Pública para apoio a Diversificação das actividades na exploração -12.5%

Peso da Despesa Pública para apoio a Cadeias curtas e mercados locais- 17,5%

P3A -Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade-Nº Beneficiários prod.Q /Nº Total de PA8%

Peso da Despesa Pública na Promoção de produtos de qualidade locais-20%

Dotação Financeira:

FEADER: 2.080.712 €

3 - Preservar e Valorizar o Património Rural e Identitário do Território

Indicadores/ Metas para 2023

P2A-Explorações ou Beneficiários apoiados, na restruturação ou modernização=Nº Beneficiários Aldeias Renovadas /Nº Total de PA4 %

R9101-Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado-1,4

Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apart. Turísticos e outros- 2 mil

Peso da Despesa Pública para apoio à Renovação das Aldeias -10% FEADER

Dotação Financeira:

FEADER (renovação das aldeias): 231.190 €

FEDER -73.658 €

Objectivos Específicos e respectiva articulação com os obj.Operacionais/ prioridades de investimento:

OE 1.1 - Estimular o Empreendedorismo e a criação do próprio emprego por desempregados e inactivos

PI 1.1.1-Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho

Indicadores/ Metas para 2023

"O961 Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego"-56

Nº projectos de auto-emprego -15

Dotação Financeira:

FSE - 1.227.625,00 € €

OE 1.2 - Incentivar a criação e desenvolvimento de pequenas e microempresas

PI 1.2.1 Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas

Indicadores/ Metas para 2023

Empresas que beneficiam de apoio (Form)-17

Aumento do emprego de empresas apoiadas (Form) -5

Nº novas empresas apoiadas, incluindo próprio negócio com projectos de investimento- 5

Dotação Financeira:

FEDER - 662.917,50 € €

OE 2.1 Aumentar a rentabilidade das explorações agrícolas e florestais

PI 2.1.1 Pequenos investimentos nas explorações agrícolas

Indicadores/ Metas para 2023

P2A/P3AProjetos/beneficiários apoiados -1.2

Nº Explorações agrícolas apoiadas - 28

Dotação Financeira:

FEADER - 462.380,39 €

PI 2.1.2 Diversificação de atividades na exploração

Indicadores/ Metas para 2023

O20 Projetos apoiados -3

Nº beneficiários apoiadas -2

Dotação Financeira:

FEADER - 288.987,74 €

OE 2.2 Estimular a progressão na cadeia de valor da agricultura

PI 2.2.1 Pequenos investimentos na transformação e comercialização

D

Indicadores/ Metas para 2023

"O20 Projetos apoiados"-5

Nº unidades industriais apoiadas - 4

Dotação Financeira:

FEADER- 462380,39€

PI 2.2.2 Cadeias curtas e mercados locais

Indicadores/ Metas para 2023

"O20 Projetos apoiados"-4

Nº Projectos apoiados de Cadeias curtas e mercados locais - 4

Dotação Financeira:

FEADER- 404.582,84€

OE 2.3 Promover a Valorização e divulgação dos produtos locais de qualidade

PI 2.2.3 Promoção de produtos de qualidade locais

Indicadores/ Metas para 2023

P2A/P3A -Projetos/beneficiários apoiados -1.2

Nº Produtos Locais Incluídos em acções de Promoção - 5

Dotação Financeira:

FEADER- 462.380,39 €

OE 3.1 Promover e Valorizar as Aldeias Tradicionais do TI

PI 3.1.1 Renovação de aldeias

Indicadores/ Metas para 2023

O1 Despesa Pública - 231.190,19 €

Nº aldeias apoiadas -2

Dotação Financeira:

FEADER - - 231.190,19 €

OE 3.2 Salvaguardar e Valorizar o património cultural e identitário do TI

PI 3.2.1 Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;

Indicadores/ Metas para 2023

Aumento do nº visitantes a sítios de património cultural e natural e atracções beneficiárias de apoio (Form) – 2 mil visitantes

Dotação Financeira:

FEDER – 36.828,75 €

OE 3.3 Promover a utilização eficiente e de qualidade dos recursos naturais do território

PI 3.3.1 Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;

Indicadores/ Metas para 2023

'Aumento do nº visitantes a sítios de património cultural e natural e atracções beneficiárias de apoio (Form) – 2 mil visitantes

Dotação Financeira:

FEDER - 36.828,75 €

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

Para elaborar a EDL foram utilizados os seguintes dispositivos de participação:

- Reuniões da Assembleia Geral, para o debate e reflexão sobre o desenvolvimento do território, e para a identificação de prioridades de intervenção;
 - Reuniões com as autarquias, na perspetiva de auferir as expectativas da autarquia como agente dinamizador e promotor de iniciativas de dinamização do espaço rural e como precursor de ideias e projetos de privados.
 - Reuniões com entidades não associadas, relevantes para a auscultação de diversos agentes locais que, pelo âmbito da sua atuação e trabalho desenvolvido foram considerados interlocutores privilegiados para fornecer contributos à EDL do GAL ADRITEM;
 - Reuniões temáticas, sectoriais e territoriais com associados e comunidades locais: Encontros para o Desenvolvimento Local: Tertúlias Sectoriais; Jornadas Técnicos por Freguesia e Concelhos;
- É fundamental para o sucesso de qualquer processo de desenvolvimento que a parceria montada para a sua implementação participe na elaboração do diagnóstico como forma de tomar conhecimento dos principais problemas mas também das potencialidades e oportunidades de desenvolvimento. Assim, a elaboração desta EDL privilegiou a participação coletiva com o objetivo de os responsabilizar e comprometer para a continuidade deste envolvimento.

Concretizando, na Execução e Implementação da EDL prevê-se:

- i. Organização de grupos de trabalho sectoriais assentes nas competências dos diferentes parceiros do GAL - esta metodologia permitirá encaminhar a comunidade e intenções de investimento não integradas no DLBC Rural, para resposta e análise dos parceiros; Permitirá ainda, em função da temática, analisar possibilidades de financiamento de acções essenciais à implementação da EDL. Mas fundamentalmente permitirá aos parceiros estarem articulados e conduzirem ações complementares e não sobrepostas.
- Na troca de experiências, a ETL poderá também adquirir todos os conhecimentos técnicos e específicos que a diversidade das tipologias das operações requer.
- ii. Envolvimento da parceria na organização e dinamização local de sessões de esclarecimento e recepção ou encaminhamento para a ADRITEM de potenciais promotores;
- iii. Mobilizar para uma participação ativa nas Reuniões da Assembleia geral, sendo que é este o Órgão onde todos os parceiros têm assento, funcionando como um fórum para análise de indicadores sobre a execução financeira do programa e monitorização global da EDL, para esclarecimentos de questões consideradas relevantes para o desempenho do programa e para identificar regras e mecanismos essenciais para melhorar as ações de acompanhamento.
- iv. Disponibilização aos parceiros de informação/documentação sobre o programa através da Newsletter, página da ADRITEM que integrará informação atualizada sobre as linhas de apoio disponíveis, os projetos aprovados, atividades desenvolvidas e sobre a execução e implementação do programa em termos gerais.
- v. Participação no Órgão de Gestão da ADRITEM Rural 2020

Consideramos que será possível implementar um dispositivo de acompanhamento/ regulação que avalie a execução da EDL no território, garantindo que a sua implementação decorre em consonância com os objetivos e metas definidos.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A EDL contribui de forma clara para a prossecução dos principais objetivos estratégicos e específicos definidos na estratégia AMP 2020, conforme se evidencia pela identificação dos objectivos estratégicos, que são reforçados pelos objectivos específicos da EDL e princípios que norteiam a mesma, que deverão ser devidamente salvaguardados na qualificação do mérito dos projectos que concorrem para estes.

A) Contributo para os seguintes objetivos da AMP 2020

OT 1. REFORÇAR A INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A INOVAÇÃO

OT 3. REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DAS PME

OT 4. APOIAR A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO TEOR DE CARBONO EM TODOS OS SETORES

OE1.1 Mais investigação, inovação e internacionalização;

OE1.3 Promover a valorização económica do conhecimento e a transferência de tecnologia apoiando o acesso de um número crescente de empresas à investigação e inovação em parceria com as instituições de ensino superior e de I&D

OE3.1 Otimizar, qualificar e articular "espaços", físicos e virtuais, para o conhecimento, inovação e empreendedorismo, reforçando os processos suportados em redes multiescalares;

OE3.4 Potenciar mudança estrutural das indústrias e serviços numa aposta de especialização inteligente

(e.g. Agroalimentar; Indústrias Criativas; Turismo; Energia);
OE4.2 Apoiar a promoção e distribuição das energias renováveis e aumentar a eficiência energética nas atividades económicas;
OE4.4 Preservar os sequestradores de carbono da AMP – florestas e mosaicos de água
Encontram-se expressos nos seguintes objectivos da EDL TSM Rural 2020:
O1. Criar Emprego e Reforçar a reforçar a competitividade da economia local,
O2. Reforçar a competitividade da Fileira Agoalimentar, agrícola e florestal;
O3. Preservar e valorizar o Património Rural e Identitário do Território de Intervenção

B) Contributo para os seguintes objetivos da AMP 2020

OT 6. PRESERVAR E PROTEGER O AMBIENTE E PROMOVER A UTILIZAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS

OE6.2 Explorar e dar mais visibilidade ao capital simbólico, identitário e de afirmação regional e nacional, valorizando a exceléncia dos recursos naturais e culturais;

Encontram-se expressos nos seguintes objectivos da EDL TSM Rural 2020:

O3. Preservar e valorizar o Património Rural e Identitário do Território de Intervenção

C) Contributo para os seguintes objetivos da AMP 2020

OT 8. PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E A QUALIDADE DO EMPREGO E APOIAR A MOBILIDADE DOS TRABALHADORES

OE8.1 Promover a integração do mercado de trabalho de jovens à procura de emprego, desempregados, desmotivados e/ ou em risco de exclusão;

OE8.2. Criar e desenvolver condições de integração no mercado de trabalho de adultos candidatos a emprego, desempregados de longa duração e inativos;

OE8.3 Apoiar, de forma estruturada e sustentada, o autoemprego, a criação de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social;

OE8.5 Apoiar a sustentabilidade das micro e pequenas empresas da AMP, a qualificação dos ativos empregados e a modernização do tecido empresarial.

Encontram-se expressos nos seguintes objectivos da EDL TSM Rural 2020:

O1. Criar Emprego e Reforçar a reforçar a competitividade da economia local,

D) Contributo para os seguintes objetivos da AMP 2020

OT 9. PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL E COMBATER A POBREZA E A DISCRIMINAÇÃO

OE9.1. Desenvolver estratégias de desenvolvimento local de base comunitária assentes em iniciativas de economia solidária, empreendedorismo social e inovação social;

Encontram-se expressos nos seguintes objectivos da EDL TSM Rural 2020:

O1. Criar Emprego e Reforçar a reforçar a competitividade da economia local,

O3. Preservar e valorizar o Património Rural e Identitário do Território de Intervenção

Para além do referido, a EDL reflete também de forma plena as indicações da estratégia AMP 2020 respeitantes ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária nas zonas rurais, de acordo com a respetiva tipologia: “renaturalização”; “revitalização”; “dominância de fileiras produtivas intensivas”; “interdição”.

2. Coerência com outros instrumentos

Destaca-se ainda o alinhamento estratégico com os seguintes instrumentos:

- PDR2020

- PO Norte

- Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3) da Região Norte, nomeadamente por via dos racionais de especialização associados aos domínios prioritários “Cultura, criação e moda”, “Sistemas agroambientais e alimentação” e “Capital simbólico, tecnologias e serviços do turismo”

- Estratégias de desenvolvimento do setor do turismo (nacional e do Porto e Norte de Portugal), que preconizam a aposta em tipologias turísticas presentes de forma relevante na EDL (turismo em espaço rural, turismo cultural, turismo de natureza); a este nível, de destacar o alinhamento com o recentemente aprovado Programa Nacional de Turismo de Natureza.

- Programa de Promoção das Artes e Ofícios e SNQCPAT (certificação de produções artesanais)

- Planos e instrumentos de desenvolvimento de nível municipal.

Por fim refere-se que a EDL baseia-se nos principais princípios para um crescimento intelectual, inclusivo e

sustentável:

1. Abordagem para o crescimento inteligente
 - Aposta no conhecimento e na inovação;
 - Aposta na valorização dos recursos endógenos diferenciadores, alinhada com a EIDT da AMP;
 - Aposta na competitividade económica dos agentes económicos.
2. Abordagem para o crescimento sustentável
 - Aposta na criação de emprego;
 - Aposta na inclusão, na igualdade e na inovação social;
 - Aposta na formação e na qualificação.
3. Abordagem para o crescimento inclusivo
 - Aposta na proteção e valorização ambiental;
 - Aposta na gestão mais eficiente dos recursos;
 - Aposta na eficiência energética e na produção de energia a partir de fontes renováveis.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Os objetivos estratégicos a atingir com este programa de ação são os seguintes: O1- Criar Emprego e Reforçar a competitividade da economia local O2- Reforçar a Competitividade da Fileira Agroalimentar, agrícola e Florestal O3 - Preservar e Valorizar o Património Rural e Identitário do Território 1. Criar Emprego e Reforçar a competitividade da economia local Indicadores/ Metas para 2023 R961-Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio – 50% Postos de Trabalho Criados (Form) -90: 56 (FSE) + 34 (FEDER) Empresas que beneficiam de apoio – 34 (FEDER) Dotação Financeira: FSE: 1.227.625 M€ FEDER: 736.575 M€ 2. Reforçar a Competitividade da Fileira Agroalimentar, agrícola e Florestal: Indicadores/ Metas para 2023 População Coberta pela EDL -30% P6B-Empregos criados através de projetos LEADER apoiados -9- P2A-Explorações ou Beneficiários apoiados, na restruturação ou modernização=Nº Beneficiários P. Inv nas explorações/Nº Total de PA-66% P2A-Explorações ou Beneficiários apoiados, na restruturação ou modernização=Nº Beneficiários P. Inv transf. E comerc. nas explorações/Nº Total de PA- 9% Peso da Despesa Pública para apoio a Pequenos Investimentos na exploração agrícola, na transformação e na comercialização – 40% - Peso da Despesa Pública para apoio a Diversificação das actividades na exploração -12,5% Peso da Despesa Pública para apoio a Cadeias curtas e mercados locais- 17,5% P3A -Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade-Nº Beneficiários prod.Q /Nº Total de PA-8% Peso da Despesa Pública na Promoção de produtos de qualidade locais-20% Dotação Financeira: FEADER: 2.080.712 € 3 - Preservar e Valorizar o Património Rural e Identitário do Território Indicadores/ Metas para 2023 P2A-Explorações ou Beneficiários apoiados, na restruturação ou modernização=Nº Beneficiários Aldeias Renovadas /Nº Total de PA-4 % R9101-Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado-1,4 Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apart. Turísticos e outros- 2 mil Peso da Despesa Pública para apoio à Renovação das Aldeias -10% FEADER Dotação Financeira: FEADER (renovação das aldeias): 231.190 € FEDER -73.658 € Para atingir os objetivos do DLBC e criar os impactos desejados, a estrutura do programa de ação desenhado apresenta-se consistente com a análise realizada ao território por áreas temáticas. Assim é possível manter a coerência ao nível das necessidades identificadas, das iniciativas a realizar e os resultados a atingir. Assim, os eixos do programa de ação são os seguintes: E1. Emprego e Inclusão Social E2. Economia e Competitividade E3. Agricultura e Floresta E4. Recursos Naturais e Culturais O Eixo 1 pretende ir criar respostas a problemas como o aumento dos níveis de pobreza e de exclusão social, aumento do desemprego e envelhecimento da população. Este eixo destina-se também contribuir positivamente para a valorização da necessidade de renovação demográfica e dos serviços de proximidade, incluindo medidas como o emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras. O Eixo 2 tem como objetivo encontrar respostas para a estagnação nos projetos de investimento e a morosidade na reestruturação do tecido empresarial. Assim, este eixo apoiará o apoio ao desenvolvimento de viveiros de empresas e de atividades por conta própria, bem como a criação de empresas através de apoio a projetos de investimento. O Eixo 3 prioriza a mitigação de ameaças ao sector da agricultura e floresta, nomeadamente o abandono da atividade agrícola, sector pouco profissionalizante, dificuldades de acesso aos mercados agrícolas, e a viabilidade inconsequente de algumas explorações

agrícolas. Este eixo pretende assim apoiar os pequenos investimentos nas explorações agrícolas e a promoção de produtos de qualidade locais. O Eixo 4 objetiva combater o baixo nível de participação cultural e coesão social, criar alternativas à elevada oferta turística na faixa litoral e a sobre exploração de recursos naturais, sendo que para isso este eixo contempla a conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural. Estes Eixos vão ao encontro do cumprimento dos objetivos específicos definidos: OE 1.1 - Estimular o Empreendedorismo e a criação do próprio emprego por desempregados e inativos OE 1.2 - Incentivar a criação e desenvolvimento de pequenas e microempresas OE 2.1 Aumentar a rentabilidade das explorações agrícolas e florestais OE 2.2 Estimular a progressão na cadeia de valor da agricultura OE 2.3 Promover a Valorização e divulgação dos produtos locais de qualidade OE 3.1 Promover e Valorizar as Aldeias Tradicionais do TI OE 3.2 Salvaguardar e Valorizar o património cultural e identitário do TI OE 3.3 Promover a utilização eficiente e de qualidade dos recursos naturais do território Cada um dos objetivos específicos corresponde à resposta a uma, ou mais, prioridades de investimento no âmbito do DLBC: OE 1.1 Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho (FSE) OE 1.2 Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas (FSE) OE 1.2 Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas (FEDER) OE 2.1 Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER) OE 2.1 Diversificação de atividades na exploração (FEADER) OE 2.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER) OE 2.2 Cadeias curtas e mercados locais (FEADER) OE 2.3 Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER) OE 3.1 Renovação de aldeias (em territórios rurais) (FEADER) OE 3.2 Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO (FEDER) OE 3.3 Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação (FEDER)

Definição da estratégia de desenvolvimento local

*Neste ponto optou-se por transmitir de forma genérica a EDL global do território de TSM, já que a referente apenas ao instrumento DLBC Rural já foi transmitida no ponto anterior e nos objectivos e vocação específica do DLBC Rural, tendo em conta também o n.º de caracteres. A ADRITEM pretende contribuir para o desenvolvimento do território Terras de Santa Maria em todas as vertentes, com particular ênfase no desenvolvimento das áreas rurais. A estratégia global para o território Terras de Santa Maria 2020 assenta no desenvolvimento territorial equilibrado das zonas rurais, reforçando a capacitação local e a melhoria das condições locais – aproveitando as dinâmicas das ligações urbano-rurais - as zonas urbanas representam mercados importantes e centros de serviços para as zonas rurais. A Estratégia de Desenvolvimento Local contempla atuações específicas por domínios temáticos: O tema federador da EDL TSM é a Criação de Emprego e Valor na Gestão de Recursos e os principais eixos de intervenção são os 4 abaixo descrevidos, substanciados em 3 princípios basilares e transversais aos mesmos: - Organização e melhoria da eficiência dos recursos do território; - agregação de valor pela organização de sistemas/ cadeias de valor e clusters regionais; - capacitação dos agentes locais/ parceiros estratégicos e comunidade. A implementação da EDL Terras de Santa Maria obedecerá a uma metodologia de articulação com os parceiros para responder às necessidades do território nos diferentes sectores e eixos de desenvolvimento, através de candidaturas aos vários instrumentos financeiros disponíveis (Europa 2020, Cooperação Transnacional, Portugal 2020, PO Norte, PO Temáticos, PDR 2020 e PO Mar. De seguida refere-se de forma resumida os eixos de intervenção da EDL e os programas já perspectivados e que permitirão a sua implementação global. Domínio: Inclusão Social e Emprego Neste domínio pretende-se promover a criação de emprego próprio e o acesso de pessoas em situação de desemprego ao mercado de trabalho, assim como dotar de competências empreendedoras diversas camadas sociais, diversificando as especificidades dos espaços rurais. Pretende-se ainda promover a complementariedade entre o urbano e o rural, na promoção da inovação social e na resposta a problemas de pobreza e exclusão social. Obedecendo ao princípio do trabalho articulado referido, a ADRITEM com uma participação activa nos CLAS do Território, assumiu a responsabilidade como parceira e entidade executora nas candidaturas aos CLDS dos concelhos de Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira, onde muitas das acções propostas concorrem para os objectivos da EDL TSM. Para além do instrumento da DLBC Rural a ADRITEM deverá ainda concorrer aos seguintes programas: PO CH - Formação modular para empregados e desempregados POISE Capacitação para a inclusão POISE Apoio à capacitação e constituição de empresas por mulheres POISE Programa de Capacitação para o Investimento Social POISE Formação modular para Desempregado de Longa Duração (DLD) POISE Cheque formação Domínio: Economia e Competitividade Pretende-se o reforço do empreendedorismo local, qualificado e criativo de forma a motivar a criação de empresas baseadas nos recursos endógenos na região e a capacitar as PME existentes com capacidades para tornar os seus produtos internacionalizáveis, promovendo desta forma a internacionalização da região. Pretende-se potenciar o marketing rural, com ações que estimulem relações de proximidade e mobilidade urbano-rural. Neste domínio pretende-se melhorar a eficiência produtiva de forma a promover uma melhor performance ambiental e energética e qualificar a oferta turística dentro do espaço rural. O desenvolvimento da fileira agroindustrial e o aproveitamento das potencialidades silvícolas e pastoris nas áreas rurais são outros investimentos existentes previstos. Para a concretização destes objectivos prevê-se a candidatura aos seguintes programas: PO Norte – SIAC – Internacionalização e Promoção do Espírito Empresarial PO CI Formação-Ação para PME PO CI Projetos Conjuntos de Internacionalização PME PO CI Qualificação PME PO CI Empreendedorismo Inovação Empresarial Domínio: Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos Neste domínio pretende-se a valorização paisagística e ambiental dos territórios rurais e do seu potencial turístico e de lazer assim como promover a gestão integrada da floresta, aproveitando os recursos agroflorestais. Neste ponto inclui-se ainda a eficiência energética e a promoção de comportamentos ambientalmente responsáveis, nomeadamente com impacto nos recursos hídricos do território. Para a concretização destes objectivos prevê-se a candidatura aos seguintes programas: PO NORTE Património natural e cultural SEUR Eficiência energética nas empresas Programa LIFE Domínio do Capital Humano- transversal aos domínios anteriores tendo-se já referido os programas em que a sua implementação estará assente.

Investimentos, Ações e Metas

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	33,00	56,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	1 227 625,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	3,00	17,00	Postos de trabalho criados	5,00	23,00	331 458,75€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	3,00	17,00	Postos de trabalho criados	5,00	23,00	331 458,75€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoio	92,00	368,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,05	0,18	36 828,75€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Criação e requalificação de infraestrutura s de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiári os de apoio	92,00	368,00	Dormidas em estabeleci mentos hoteleiros, aldeament os, apartame ntos turísticos e outros	0,05	0,18	36 828,75€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	7,00	37,00	Exploraç ões ou Beneficiári os apoiados, na restrutura ção ou moderniza ção	66,00	66,00	462 380,39€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformaç ão e comercializaç ão	Projetos apoiados	1,00	5,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	3,00	462 380,39€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	1,00	3,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	3,00	288 987,74€

99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	1,00	4,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	2,00	404 582,84€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/beneficiários apoiados	1,00	1,20	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	8,00	8,00	462 380,39€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais)	Projetos apoiados	0,00	2,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	4,00	4,00	231 190,19€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar	
			Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018		
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Nº Estratégias					R9101-Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	0,80	1,40	0,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Estratégias	Nº Estratégias	1,00	1,00					0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Medida 10 LEADER					População Coberta pela EDL	10,00	30,00	2 311 901,94€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FSE	1 227 625,00€
FEDER	736 575,00€
FEADER	2 311 901,94€
Total	4 276 101,94€

Pressupostos

Embora se considerassem os pressupostos iniciais e abaixo mencionados os mais adequados às tipologias de intervenção previstas e aos princípios da abordagem leader preconizados no instrumento DLBC Rural, procedeu-se à alteração do orçamento, investimentos e metas relativas à EDL em conformidade com a dotação dos fundos comunicada em 30-08-2015. Pressupostos iniciais: Pese embora o valor considerado esteja aquém das necessidades da implementação da EDL, conforme evidenciam os indicadores apresentados-(anexo Indicadores), o cálculo do mesmo não descurou a realidade da dotação total prevista no aviso em cada um dos fundos e a existência de 53 DLBC Rural e 21 DLBC na R. Norte, conforme fórmula adoptada para atribuição do mesmo. Esta situação resulta da expectativa de que as AG responsáveis, prosseguirão os mesmos princípios de equidade e justiça na atribuição das verbas, assente nomeadamente em critérios bem definidos e objectivos/mensuráveis. Dotação dos fundos do aviso da 2º fase; Nº DLBC Rural_53; Nº DLBC Norte-21; 16 DLBC Rurais FEADER: Base comum 50%; restantes 50% com o seguinte peso: 95% Pop. + 5% área FSE: BC 50%; 50%: 20% Pop. + % 50 DESEMP+ 30% RSI FEDER: BC 50%; 50% : 20% Pop. + % 50 DESEMP+ 30% RSI O Nº desemp. considerados e de beneficiários do RSI teve por base os valores concelhios, atendendo a que deve ser avaliado este universo, já que mesmo não residindo no território de intervenção, fazem parte do público-alvo que poderá investir no território. N. Desempregados TSM - 37.310 N. RSI TSM - 19.948,33 Outros indicadores importantes: Número Total de Beneficiários da PAC - 1.954 Hectares dos Beneficiários da PAC - 3.023 N. Total Projectos 2007-2014 PRODER (Instalação Jovens Agricultores, Investimentos Pequena Total invest. 10.957.377,00 € e 4.952.853,00 € d. pública Intenções de Investimento registadas na ADRITEM para o TI: Histórico SP 3 PRODER 2007-2014: Total 31 - Inv.Elegível 12.187.075,11 € Despesa Elegível -7.022.117,24 € Acção 3.2.1 Inv.Elegível 3.673.685,28 € Despesa Elegível -€2.216.518,65 € Total Inv.Elegível Candidatado 15.860.760,39 € Despesa Elegível Candidatada: 9.238.635,88 € Por fim refere-se que a reconversão do território à sua vocação agrícola e agro-industrial, presentes nas respectivas políticas municipais e na procura crescente de terrenos para a agricultura, em especial por jovens e por filhos da terra com idade entre os 40-50, maioria desempregados. Consideramos que esta poderá ser uma oportunidade para aproximar a actividade agrícola em termos de nº de explorações e SAU aos registos do RGA de 1999, cujo declínio se observou nos 10 anos seguintes: N. total explorações em 1999: 3126 e em 2009: 1947 Nº Total ha SAU em 1999 6.004 ha e em 2009: 4.713 Deverá ser tido ainda em consideração na atribuição dos fundos a TSM Rural 2020, os seguintes factores: - forte tradição e em processos ou ambição de qualificação de produtos à base de farinhas pão de ul, regueifa e canoco (OAz), fogaca e regueifa azeda (SM Feira),pão, regueifa e biscoito de Valongo e doce branco de Gondomar; A existência de associações de produtores e confrarias dos produtos referenciados (estando alguns ainda em formação) Dada a abundância dos recursos hídricos há ainda a referenciar iguarias como o Sável e a Lampreia. (esta informação encontra-se devidamente organizada e evidenciada em documento anexo ao formulário)

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Como forma de potenciar e complementar o investimento e a dinamização local, o GAL ADRITEM pretende desenvolver projectos de cooperação nas áreas que indicou como intervenção, referindo para as mesmas os seguintes objectivos, metas e mais-valias a alcançar:

1. Emprego e Inclusão Social

Objectivos:

Divulgação e comercialização do artesanato e produtos locais;

Animação e Promoção do trabalho em rede no 3º e 4º sector

Capacitação dos Animadores Sociais para serviços inovadores e criação de valor

Metas:

Colocação em rede de promoção comercial de 10 produtos Locais/artesanais

Criação de Plataforma Colaborativa e de Boas Práticas 4º Sector

Contributos para o Território

Promoção do artesanato e ofícios tradicionais locais
Melhoria do serviço ao nível do 3º/4º Sector
Promoção da coesão social e intergeracional

2. Economia e Competitividade

Obj:
Requalificação dos Mercados Ambulantes Locais (comunicação, estruturas, animação, show-cooking, valorização produtos)

Criação de Rota Criativa (Rota dos Ofícios Tradicionais e Arte Criativa)

Agregação de valor aos ofícios tradicionais e criação de novos produtos

M:

Aumento de 5% das receitas dos Mercados Ambulantes apoiados

Aumento em 15% do nº de vendedores nos Mercados Ambulantes apoiados

Mobilização de 10 artesãos para centros de negócio da ROTA Criativa

Aumento de 15% das receitas dos artesãos de ofícios tradicionais

Criação de 6 novos produtos de consumo com base em matérias primas ou artífices tradicionais locais;

Contr TI

Reforço da identidade e imagem do território

Revitalização e rentabilização de equipamentos públicos e/ou colectivos apoiados

Concentração do comércio tradicional

Dignificação dos mercados locais ambulantes/itinerantes

3. Agricultura e Floresta

Obj:

Dinamizar a Bolsa de Terras do Território

Promover a limpeza dos terrenos e o aproveitamento da biomassa

Promover a organização local de fileiras agroalimentares

Promover a comercialização de produtos agrícolas e agroalimentares, bem como o know e equipamento referente a este sector

M:

Aumentar em 50% o nº de registo de terrenos locais na Bolsa de Terras

Registrar 50% dos produtores agrícolas do TI

Organizar 4 equipas Agro-sociais

Promover a criação de 3 Núcleos PROVE +

Contr TI

Rentabilização agrícola/florestal de terrenos abandonados e outros

Melhoria da organização do sector I

Aumento do consumo local de bens alimentares e do rendimento económico do território

4. Recursos Naturais e Culturais

Obj:

Dinamização dos equipamentos culturais

Valorização e Divulgação do património natural e cultural do TI

Promover a dinamização do associativismo e trabalho em rede

M:

Aumentar em 20% o nº de visitantes ao património ambiental/ cultural

Aumentar em 20% a utilização dos equipamentos culturais do TI

Criar uma rede com a participação de 50 entidades culturais

Roteiro Natural e Cultural

Contr. TI

Aumento da oferta cultural do território

Dinamização sócio-económica do território

Melhoria da qualidade de vida da população

Animação Territorial

Obj:

Promoção da Cidadania activa e animação do território;

Promocão do trabalho em rede entre os Agentes de Desenvolvimento Local



1

Promoção do trabalho em rede na aldeia e entre aldeias

Metas:

Aumentar em 50% o nº de visitantes às aldeias apoiadas

Criar uma associação de moradores/comunitária/ aldeia apoiada

Criar um grupo de trabalho dos diversos actores locais/aldeia ap

Cont. TI

Dinamização sócio-económica de Aldeias Tradicionais-rede Aldeias de Portugal

Reforço da cidadania activa

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

Ao nível do modelo de gestão do DLBC prevê-se:

i. Integração efetiva dos parceiros na elaboração da Ação 10.4 - Funcionamento e Animação, na metodologia de animação e acompanhamento da EDL, em particular na identificação das atividades que os parceiros poderão desenvolver. O GAL ADRITEM propõe a elaboração de protocolos de parceria ou compromisso para dinamização de ações conjuntas, assinados pelos diferentes associados onde se encontrem identificadas as atribuições de cada parceiro e o benefício que poderão usufruir com o processo de desenvolvimento, gerando assim uma ferramenta mobilizadora de interesse, responsabilização e envolvimento de toda a parceria.

ii. Plano de Formação anual, considerado um instrumento fundamental para a definição de prioridades de formação (animação local, dinamização de parcerias locais; conceção de metodologias de envolvimento de pessoas e entidades em torno de interesses comuns, acompanhamento físico e financeiro dos projetos aprovados, fluxos financeiros que a gestão do programa exige, legislação em vigor (regulamentos comunitários, elegibilidade de despesas, contratação pública), bem como questões relacionadas com métodos de avaliação dos resultados.

iii. Avaliação interna da EDL, estará sustentada no acompanhamento dos projetos aprovados (monitorização), que permite a verificação no local, assim como a apreciação dos documentos de despesa, análise dos relatórios de execução, a realização de visitas que funcionarão como uma vertente mais pedagógica, obrigando a visitas periódicas e a reuniões de trabalho com os promotores no sentido de identificar fatores críticos de evolução dos projetos e definição de eventuais cenários de reprogramação, resultando na elaboração de relatórios de visita que a par das reuniões de acompanhamento aos promotores, são uma ferramenta interna de avaliação.

Descriutivo funcional da ETL:

Planeamento e Gestão:

a) Preparação e execução da EDL, relatórios de execução e planeamento de atividades anual, submetendo os mesmos ao Órgão de Gestão do GAL, que depois de aprovado os colocará à votação na Assembleia Geral de Parceiros;

b) Preparação de candidaturas e delineamento estratégico e operacional das mesmas, assegurando o envolvimento de parceiros e a captação dos instrumentos institucionais e financeiros orientados para a dinamização da atividade económica no território de intervenção

Análise de Projetos:

a) Emitir os pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio apresentados;
b) Proceder à hierarquização dos pedidos de apoio, com base nas valias globais de operação

Execução Técnica e Controlo de Projetos:

a) Proceder à recolha dos dados estatísticos, físicos, financeiros e outros relativos à execução das operações apoiadas no âmbito das operações que vierem a ser regulamentadas;

b) Proceder a pelo menos uma visita a cada local de operação objeto de apoio ao investimento, a fim de verificar a realização do mesmo

c) Analisar e Verificar cada pedido de pagamento;

Cooperação e Animação Território:

- a) Criar dispositivos de informação da população local com ações de abrangência territorial;
- b) Criar dispositivos de participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da EDL;
- c) Promover a transferência de competências do GAL para a rede de parceiros, de forma a impulsionar a capacitação de agentes locais para o desenvolvimento local;
- d) Implementar ações transferência de instrumentos de apoio à gestão dos próprios projetos, dirigidas a toda a rede de parceiros/ associados/ atores locais e beneficiários, como forma de garantir a assistência técnica aos empreendedores locais e à rede de parceiros do GAL;
- e) Incentivar a aproximação entre os sectores – económico, social e cultural, o intercâmbio do saber e a complementariedade entre as competências;
- f) Viabilizar a abertura de novas oportunidades de mercado e desenvolvimento do tecido económico e social;
- g) Reunir massa crítica ou mobilizar recursos para a transferência procedimentos e metodologias de resolução de problemáticas locais de importância regional, nacional ou transnacional;
- h) Promover redes regionais, nacionais ou transnacionais de empreendedorismo, inovação e desenvolvimento do território, intensificando o seu capital humano;
- i) Gerar valor acrescentado e potenciar a complementariedade entre ações da EDL.

Contabilidade é assegurada através da contratação de uma entidade externa.

O GAL ADRITEM, responsável pela execução da EDL TSM Rural certifica que implementa procedimentos adequados e eficazes nas diferentes áreas de atuação, e que serão ajustados no âmbito de futuras delegações de competências, para a gestão de fundos públicos.

O princípio da segregação de funções será devidamente assegurado, o técnico responsável pela análise de um pedido de apoio nunca fará o acompanhamento e controlo, ficando essa função atribuída a outro técnico da ETL

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

De forma a acompanhar continuamente a EDL com vista a garantir a monitorização e reajustamento da mesma, se necessário, tendo em vista os resultados contratualizados, serão adotadas as seguintes ações:

- Protocolos de compromisso/ parceria para as entidades coletivas, identificando as seguintes responsabilidades e compromissos:
 - a) Divulgação da EDL e da Ação 10.2 – Implementação das estratégias, da Medida 10 - LEADER, junto dos seus associados ou públicos-alvo;
 - b) Organização e promoção de sessões de esclarecimento sobre a EDL;
 - c) Aconselhamento e orientação de potenciais promotores para a ADRITEM;
 - d) Integração nos respetivos fóruns temáticos ou sectoriais, promovidos pela ADRITEM para a monitorização da EDL e dos projetos apoiados, e para a elaboração das ações de animação e promoção do território;
 - e) Participação no planeamento e execução da Ação 10.4 – Funcionamento e Animação, implicando a definição das respetivas responsabilidades e o apoio à sua dinamização, acompanhamento e avaliação, enquanto órgão intermédio de gestão e de animação do território.
 - f) Publicitar nos respetivos instrumentos de divulgação a ADRITEM e respetivas Medidas 10 - LEADER, a divulgação dos avisos de abertura de candidaturas, e os indicadores de realização, impacto e resultado da EDL;
 - g) Realização de reuniões com entidades responsáveis pelos diferentes planos sectoriais, afim de proceder a uma avaliação contínua das suas necessidades e dos projetos financiados ao abrigo do PDR 2020, que concorrem para a satisfação das mesmas e para a concretização dos respetivos planos de ação, solicitando ainda essa indicação nos respetivos relatórios de execução;
 - h) Realização de reuniões de Assembleia Geral intercalares, para avaliação da execução da EDL e dos projetos implementados.

Para além das ações referidas anteriormente que concorrem também para a monitorização dos projetos aprovados, serão ainda levadas a cabo visitas periódicas ao local dos investimentos e reuniões com os seus promotores, de que resultará um Relatório de Acompanhamento, e no final, serão produzidos estudos de avaliação qualitativa e quantitativo dos mesmos e serão aferidos os respetivos indicadores de execução dos projetos.

Para a análise e seleção dos projetos, está prevista a seguinte metodologia:

- a) A equipa técnica fará a receção, verificação dos requisitos e elegibilidade e avaliação dos projetos, segundo os critérios de seleção definidos pelo Órgão de Gestão e em conformidade com os respetivos regulamentos de aplicação da AG do PDR, originando uma Ficha de Avaliação de Projeto, com a descriminação da pontuação atribuída a cada critério, o resultado final e o Parecer Técnico.
- b) Análise e decisão sobre os pedidos que cumpram os requisitos efetuada pelo Órgão de Gestão, com base nos pareceres emitidos pela ETL;
- c) Acompanhamento físico e financeiro dos projetos realizado pela equipa técnica.

Para a Avaliação interna da EDL serão utilizados os seguintes instrumentos:

- i. Relatórios semestrais e anuais de execução da EDL, identificando os projetos propostos, aprovados e respetivo estado de execução, e os indicadores de realização, impacto e resultado da EDL;
 - ii. Inquéritos aos promotores, de satisfação da avaliação da equipa técnica, ao nível da informação e serviço prestado;
 - iii. Inquéritos de satisfação da avaliação aos stakeholders da ADRITEM, ao nível da divulgação, animação de parceria, informação, projetos apoiados e serviço prestado pela ADRITEM;
 - iv. Estudo de Avaliação quantitativa e qualitativa, intercalar e ex-post no final do programa;
- A avaliação dos apoios atribuídos no âmbito da Medida 10 do PDR, será realizada sob a responsabilidade do GAL ADRITEM e/ou do Gestor do PDR, de acordo com as orientações a estabelecer por este, e a avaliação da implementação da EDL incide sobre o cumprimento dos objetivos e metas nela estabelecidos.

Critérios de Avaliação interna da EDL

- a) Relevância - adequação dos objetivos às necessidades e metas estabelecidas;
- b) Eficiência - adequação entre os resultados alcançados e o seu custo, isto é, como os inputs/meios foram convertidos e a qualidade dos seus resultados;
- c) Eficácia - contribuição dada pelos resultados no alcance dos objetivos específicos estabelecidos;
- d) Impacto - efeito das intervenções e a sua contribuição para alcançar a EDL;
- e) Sustentabilidade - avaliar se os benefícios produzidos pelos projetos continuam a verificar-se.

O GAL ADRITEM irá adotar o modelo de avaliação interna que combine a avaliação on-going, com a avaliação ex-post, avaliando-se assim o decorrer e a conclusão da execução e implementação da EDL.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	MEL_ReformSet15.xlsx	14/12/2015 13:24	508225736
Outros	Plano Financeiro, Inv. e Metas_15-09-2015.xlsx	14/12/2015 13:24	508225736
Outros	Inv, Acções e Metas_formulário.pdf	25/07/2015 22:17	224660462
Outros	Pressupostos Dotação ADRITEM.xlsx	25/07/2015 22:15	224660462
Outros	ADRITEM_Indicadores_FEADER - versão fundo .xlsx	14/12/2015 12:46	508225736
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-035.pdf	25/07/2015 22:35	224660462
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Órgão de Gestão GAL ADRITEM RURAL.pdf	25/07/2015 22:27	224660462
Outros	MD DLBC R ADRITEM_Set2015.pdf	14/12/2015 12:42	508225736
Protocolo de parceria	Protocolo de Parceria GAL ADRITEM RURAL 24072015.pdf	25/07/2015 17:13	224660462
Outros	MD DLBC R ADRITEM_FINAL.pdf	25/07/2015 22:20	224660462
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	ETL ADRITEM.pdf	25/07/2015 22:27	224660462
Outros	Plano Financeiro_final.pdf	25/07/2015 22:15	224660462
Outros	ADRITEM_IndicadoresFSE FEDER.xlsx	14/12/2015 12:47	508225736
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-035.pdf	20/11/2015 17:41	
Outros	MEL.pdf	25/07/2015 22:16	224660462
Outros	Indicadores ADRITEM.pdf	25/07/2015 22:16	224660462

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS TERRAS DE SANTA MARIA	NIF	508225736
Submetido por	MARIA TERESA LENCASTRE TORRES VIEIRA POUZADA MARTINS BONITO	NIF	224660462
Data de Submissão	14-12-2015		

